

PELOS DIREITOS, CONTRA A MOBILIDADE ESPECIAL,
A PRECARIEDADE E A DESTRUIÇÃO DAS CARREIRAS

Não nos calamos,
não nos vergamos
Vamos continuar a luta!



A Greve Nacional dos trabalhadores da Administração Local registou uma adesão global superior a 60 por cento, dados que revelam a determinação dos trabalhadores do sector na defesa dos seus direitos e na luta contra a política governativa do actual governo, particularmente na condenação das medidas legislativas gravosas como a mobilidade especial, a destruição do sistema de carreiras, as quotas na avaliação de desempenho ou a reorganização dos serviços municipais.

O STAL saúda os milhares de trabalhadores do sector que em todo o País aderiram à greve, bem como aqueles que por diversas razões a ela não se puderam associar mas que estão claramente solidários com os seus objectivos, lembrando as contingências adversas em que a mesma se realizou. A situação económica difícil que se abate sobre os trabalhadores, a precariedade laboral e a instabilidade que cresce no sector terão em muito influenciado os resultados da greve, bem como pressões que em diversos locais de trabalho foram exercidas.

O STAL realça entretanto que a greve teve desde já um forte impacto sobre um dos seus objectivos principais – o de exigir junto das autarquias locais a aplicação da «opção gestonária», permitindo a mudança de posicionamento remuneratório a trabalhadores com cinco avaliações de Bom -, na medida em que mais de cento e setenta autarquias decidiram já favoravelmente esta reivindicação ou assumiram compromissos nesse sentido (ver relação em www.stal.pt).

Balanço da greve disponível em www.stal.pt

Momento oportuno

O STAL não pode deixar de repudiar veementemente as diversas tentativas que foram feitas no sentido de associar a greve dos trabalhadores a objectivos partidários, por esta se realizar em plena campanha eleitoral, argumentos que claramente visaram criar divisão e enfraquecer a mobilização dos trabalhadores para esta acção de luta.

Sobre esse aspecto o sindicato lembra que foi o Governo quem escolheu este momento para, de forma apressada, atabalhoada e mesmo com contornos de má fé, aprovar medidas legislativas profundamente nefastas para os trabalhadores e mesmo para as autarquias locais, sem ter em conta as especificidades do sector e as propostas apresentadas pelo sindicato.

Para o STAL é inaceitável que o Governo pretenda aprovar e fazer publicar ainda antes das próximas eleições legislativas diversos diplomas tendentes a adaptar à Administração Local a chamada reforma da Administração Pública, de que é exemplo o projecto de lei da reorganização de serviços (que prevê já, contrariamente ao que o SINTAP tenta fazer crer, a mobilidade especial) que não foi sujeito a um processo negocial sério com o sindicato.

É preciso mudar de rumo

A greve do dia 16 de Setembro deve constituir para o actual Governo e para as forças políticas que actualmente concorrem às próximas eleições legislativas um sinal de que é urgente uma inversão nas políticas que vêm sendo prosseguidas para a Administração Pública em geral e particularmente para o sector das autarquias locais.

O STAL considera inadmissível e quase criminoso que num panorama de crescimento do desemprego e sendo genericamente reconhecido que não existem trabalhadores a mais na Administração Local, o Governo pretenda inserir no sector a mobilidade especial e a possibilidade de serem criados trabalhadores excedentários. Ao invés, o Sindicato exige que sejam regularizadas milhares de situações de emprego precário actualmente existentes, medida que o Governo reiteradamente tem recusado levar a cabo.

Por outro lado, o sindicato exige que sejam encontradas medidas legislativas que valorizem os trabalhadores da Administração Local e respeitem os seus direitos, seja ao nível da avaliação de desempenho, sem quotas, seja ao nível dos salários e das carreiras profissionais.

Dizer não à adaptabilidade dos horários

Numa vergonhosa medida, essa sim eleitoralista, o Governo acaba de publicitar a assinatura com as estruturas sindicais da UGT na Administração Pública aquilo a que chama de Acordo Colectivo de Carreiras Gerais na Administração Pública, documento que o STAL considera um autêntico cozinhado azedo que mais uma vez reflecte má fé e mais não pretende do que lesar os interesses dos trabalhadores do sector.

Apregoa agora o SINTAP, qual vendedor de «banha da cobra rançosa», as pretensas «virtualidades» do acordo assinado, que apenas se aplicará aos seus associados.

Esquece-se no entanto aquela pseudo-estrutura sindical, de mencionar que no acordo assinado aceitou diversas matérias de extrema gravidade para os trabalhadores, de que se salienta desde já a previsão de poderem ser negociados, no âmbito de acordos com as entidades empregadoras, regimes de adaptabilidade dos horários de trabalho.

Isto é, o SINTAP mata dois coelhos com uma mesma cajadada: Faz mais um frete ao Governo e ao Partido Socialista em momento eleitoral, ao mesmo tempo que escancara as portas para mais uma ofensiva aos direitos dos trabalhadores, que neste caso poderá conduzir à destruição efectiva dos horários de trabalho, do direito à família e a ter vida pessoal.

O STAL regozija-se naturalmente que este verdadeiro tratado de traição aos direitos e aos interesses dos trabalhadores da Administração Local não se aplique aos seus associados e reitera a firme disponibilidade para combater por todas as formas qualquer regime de adaptabilidade e de destruição dos horários de trabalho que ao abrigo deste cozinhado possam vir a ser levadas a cabo.

Sempre estivemos disponíveis para negociar e vamos continuar a pugnar por um acordo de carreiras junto do governo e por acordos de entidade empregadora junto das autarquias locais, mas nunca estivemos nem estaremos disponíveis para vender ou hipotecar os direitos dos trabalhadores.

Levar a luta ao voto

Num momento eleitoral, o STAL não pode deixar de lembrar que o actual governo de José Sócrates e a maioria do Partido Socialista que o sustenta na Assembleia da República deram corpo a uma legislatura de má memória para os trabalhadores da Administração Local, protagonizando os ataques mais violentos das últimas décadas contra os nossos direitos laborais e sociais.

Por isso afirmamos que as eleições do próximo dia 27 de Setembro não podem deixar de constituir para os trabalhadores mais um momento de luta, onde os ataques à aposentação, a destruição das carreiras profissionais, a precariedade laboral, a mobilidade especial, a avaliação de desempenho com quotas e a política de direita que em geral o executivo de Sócrates tem vindo levar a cabo devem ser alvo de clara penalização.

Por isso afirmamos que no próximo dia 27 de Setembro é preciso levar a luta até ao voto e exigir uma mudança de rumo nas políticas para o País e para a Administração Pública, que valorizem os trabalhadores, respeitem os seus direitos e promovam serviços públicos de qualidade.

A luta em defesa dos direitos vai continuar, seja com este ou com o governo que sair das próximas eleições, tal como vamos continuar a exigir a aplicação gestonária junto das diversas autarquias locais que ainda a não aplicaram.

CGTP
Intersindical Nacional

